

FHC - discurso ÍNTEGRAS

# “A defesa envolve toda a sociedade civil”

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de anúncio da Política de Defesa Nacional, no Palácio do Planalto:

“Eu estou aprovando, hoje, a política de defesa nacional, proposta pela Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As idéias nela contidas são consequência de uma análise completa dos quadros nacional e internacional nos dias atuais, e de cenários, a médio prazo.

Assim, conclui-se que ela deveria centrar-se numa postura estratégica dissuasória, de caráter defensivo, baseada nas seguintes premissas: fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente; estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional; rejeição à guerra de conquista; busca de solução pacífica de controvérsias, com uso de força somente como recurso de auto-defesa.

A natureza preventiva da defesa brasileira valoriza a ação diplomática, como primeiro instrumento de antecipação aos conflitos ou de sua solução e na existência de uma estrutura militar com eficaz

credibilidade dissuasória.

Porém, a defesa não se restringe à responsabilidade dessas duas áreas. Ela envolve toda a sociedade civil e os órgãos do governo e do Estado, única forma de contar com todas as forças materiais e morais, para atender aos objetivos de garantia da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais; de garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas, de preservação da coesão e da unidade da Nação; de salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros; de consecução e manutenção dos interesses brasileiros no Exterior; de projeção do Brasil no concerto das Nações e sua maior inserção no processo decisório internacional e de contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

A concretização desses objetivos requer que se implemente uma política de defesa sustentável, voltada para a paulatina modernização da capacidade de auto-proteção. E depende da construção de um modelo de desenvolvimento, que fortaleça a democracia, reduza as desigualdades sociais e os desequilíbrios regionais e compa-

tibilize as prioridades, nos campos político, social, econômico e militar, com as necessidades de defesa e de ação diplomática.

Neste processo, conta-se com o reconhecido espírito profissional das Forças Armadas, para conciliar os requisitos de defesa com as disponibilidades de meios, mediante a aprovação de recursos, pelo Congresso Nacional, e com o envolvimento do segmento acadêmico, do segmento científico e tecnológico e do segmento industrial do País.

A prioridade que o governo vem dando à estabilização da economia e ao atendimento dos programas sociais, sem atender plenamente às necessidades de reequipamento dos órgãos de defesa deve-se, em grande parte, ao verdadeiro anel de paz construído em torno do País.

O fortalecimento do processo de integração, proporcionado pelo Mercosul, o estreitamento de relações com os vizinhos amazônicos, e intensificação da cooperação com os países africanos de língua portuguesa e a consolidação da zona de paz e cooperação no Atlântico Sul viabilizam essa concentração de esforços.

É preciso, todavia, não esquecer

que persistem zonas de instabilidade, que podem contrariar os interesses brasileiros. A ação de bandos armados, que atuam em países vizinhos, nos limites da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos que devem ser motivo de atenção das estratégias decorrentes dessa política de defesa.

Dentre outras razões foi, também, em atenção a esses aspectos que fiz inserir nas diretrizes para a consecução dos objetivos da política de defesa a proteção da Amazônia, com o apoio de toda a sociedade e com a valorização da presença militar e dos órgãos estimuladores de desenvolvimento e a priorização de ações para desenvolver e vivificar a faixa de fronteira, em especial nas regiões Norte e Centro-Oeste. E tudo isso com absoluto respeito ao meio ambiente e às populações locais.

Eis aí algumas considerações sobre a nossa política de defesa, que hoje divulgo para a nação e para os países amigos, por intermédio dos senhores embaixadores aqui em Brasília ou de nossas embaixadas no Exterior.

Ela, esta política de defesa, não se esgota nas páginas do fascículo que estamos preparando e que servirá de

orientação para uma política militar brasileira e de guia para a adaptação das partes das políticas setoriais já existentes.

Eu vejo como um dos meus maiores méritos a criação de condições para a integração de estratégias e planejamento e, em consequência, para a otimização de esforços e recursos.

Eu queria acrescentar que é o momento, também, para agradecer a todos aqueles que colaboraram na elaboração desta política de defesa. Aos ministérios militares, a chefia da Casa Militar, mas também no Ministério da Justiça, a Secretaria de Assuntos Estratégicos, ao Ministério das Relações Exteriores.

Eu creio que este foi um passo muito importante para definirmos uma política de defesa que tivesse, como tem esta atual, o apoio do conjunto do governo e que vise a articular o conjunto da Nação num esforço que só terá êxito, como o terá, se for compreendido nessa forma.

Política de defesa é uma política do governo e ela se baseia numa aspiração que é do conjunto da nação. E os demais, os integrantes dessa política, notadamente as Forças Armadas, o Ministério de Relações Exteriores, o Ministério da Justiça e de Assuntos Estratégicos, são a expres-

são dessa vontade coletiva.

Eu não sei se houve outros momentos na história do Brasil em que houvesse a possibilidade de um encontro de vontades tão auspicioso como o atual. Mas eu queria assinalar que, para o presidente da República, é uma satisfação termos conseguido dar esse passo. E eu quero agradecer, muito vivamente, àqueles que por esses objetivos, se empenharam.

E retornando ao texto, eu diria que no campo externo, eu desejo que essa política de defesa seja mais um instrumento da nossa diplomacia. Artífice permanente da paz e do respeito internacional que nos envolvem, para reafirmar a nossa índole pacífica e soberana.

Com a remessa oportuna de exemplares da Política de Defesa Nacional aos excelentíssimos senhores presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal, não só faço um gesto de apreço ao respeito aos poderes Legislativo e Judiciário, mas também de simbolismo, de envolvimento de toda a Nação nessa consecução de uma política de defesa, como acabei de afirmar.

Mais uma vez agradeço imensamente a todos os senhores. Muito obrigado.”